



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D ã O Nº 266

Feito : DENÚNCIA Nº 008/92-TCE/ACRE
Interessados : Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTEAC
: Sindicato dos Servidores Municipais de RIO BRANCO - SSEMRB
: Sindicato dos Fiscais de RIO BRANCO - SINFISMURB
Relator : Cons. MARCILIANO REIS FLEMING
Redistribuído: Cons. VALMIR GOMES RIBEIRO
Assunto : DENÚNCIA contra pagamento de diferença de Salários, legalidade do pagamento de gratificação de 20% de nível superior aos Secretários Municipais e Outros.

Denúncia acerca do pagamento de diferença de salários, da legalidade da percepção de Gratificação de NS aos Secretários Municipais e o cumprimento da exigência do art. 21, da Lei Municipal Nº 795/89 - considerado regular o pagamento, a título de resíduo salarial, à ex-Secretária Municipal, inclusive ensejando a percepção do restante da diferença pecuniária, se ainda não quitada; com relação aos dois Contratos de Prestação de Serviços firmados com MARIZETE MELO DE FREITAS OLIVEIRA, regular o primeiro e, regular, com ressalvas o segundo instrumento; pela legalidade do direito da Gratificação de NS a servidores graduados e em estágio probatório e aos Secretários Municipais, quando o cargo o exigir, com recomendação ao Chefe do Poder Executivo do Município, para o fiel cumprimento da norma expressa no art. 21, da Lei Municipal Nº 795/89.

Vistos, relatados e discutidos os autos da DENÚNCIA Nº 008/92, acima indicada, **A C O R D A M** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, acolher o voto do Conselheiro Relator, que fica fazendo parte integrante da presente decisão, no sentido de **considerar regular**, o pagamento efetuado pela Prefeitura do Município de Rio Branco à Professora MARIA JOSÉ MAIA DE FÁRIA, ex-Secretária Municipal do Trabalho e Bem Estar Social, a título de "resíduo salarial", com a recomendação de que seja procedida a liquidação do restante que lhe é devido, se ainda não quitado; com relação aos instrumentos contratuais celebrados entre aquele Poder Executivo e MARIZETE MELO DE FREITAS OLIVEIRA, pela **regularidade** do primeiro Contrato e **regular, com ressalvas**, o segundo acordo, por entender que a Administração do Município não agiu com dolo ou má fé, quando da sua assinatura, mas tão-somente pela interpretação equivocada da legislação pertinente à espécie e, pela **legalidade** do direito da Gratificação de nível superior a servidores graduados e em estágio probatório, e exclusivamente aos ocupantes do cargo de Secretário Municipal, quando o cargo exigir seja o servidor portador de nível superior, com recomendação àquela Municipalidade, por seu representante legal, para providenciar o devido registro do Piso Nacional de Salários, direito constitucional do servidor público e a anotação na Carteira de Trabalho e Previ-

-segue-

AAAlcina



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

fl. 02

Cont.:do Acórdão Nº 266

dência Social, bem como quaisquer outras vantagens auferidas pelos funcionários e, via de consequência, pelo arquivamento do presente processo, cientificadas as partes interessadas. Tomaram parte na votação os Conselheiros **JOSÉ EUGENIO DE LEÃO BRAGA - Presidente, VALMIR GOMES RIBEIRO-Relator, HÉLIO SARAIVA DE FREITAS e ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE**. Ausente, justificadamente, o Cons. **ALCIDES DUTRA DE LIMA**. Julgaram-se suspeito e impedido, os Conselheiros **MARCILIANO REIS FLEMING e JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**, respectivamente.

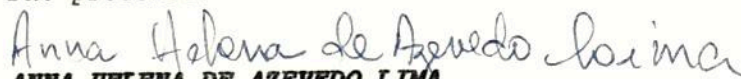
Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 19 de novembro de 1.992.


Cons. JOSÉ EUGENIO DE LEÃO BRAGA
Presidente do TCE/ACRE


Cons. VALMIR GOMES RIBEIRO
Relator

Fui presente:


ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora do Ministério Público Especial





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Com. do Acórdão Nº 065

Órgão Judicial, tem como finalidade exercer o controle externo da administração pública, visando à legalidade, eficiência e economicidade dos atos administrativos, bem como a fiscalização dos recursos públicos. O Tribunal é composto por sete membros, sendo o Presidente e seis Conselheiros. O Presidente é eleito dentre os membros do Poder Judiciário, sendo o atual Presidente o Conselheiro VILSON GOMES RIBEIRO. Os Conselheiros são: VILSON GOMES RIBEIRO (Presidente), ALBERTO BASTOS, ALBERTO BASTOS, ALBERTO BASTOS, ALBERTO BASTOS, ALBERTO BASTOS e ALBERTO BASTOS.

Este Acórdão foi proferido em sessão pública, realizada em 12 de novembro de 1992.

Em 12 de novembro de 1992.

Com. JOSÉ EUGÊNIO DE LIMA
Presidente do Tribunal

Com. VILSON GOMES RIBEIRO
Relator

Ass. Proponente:

Ass. Proponente: *Ass. Proponente*
AVANÇADA DE ACREDO LIMA
Procurador do Ministério Público Estadual

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE	
Processo nº	5.923
de 07 / 12 / 1992	fl. 05.
Secretaria do Plenário	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: ~~Denúncia 008/92~~ o pagamento de diferença de salá-
RELATOR : ~~Conselheiro Valmir Gonçalves de Aguiar~~ de
ASSUNTO : nível superior aos secretários municipais e outros.

RELATÓRIO: Trata o presente processo de Denúncia formulada pelos Representantes da massa trabalhadora da Prefeitura Municipal de Rio Branco, tendo como signatários, o **Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre - SINTEAC**, **Sindicato dos Servidores Municipais de Rio Branco - SSEMRB** e, **Sindicato dos Fiscais de Rio Branco - SINFISMURB**, que em expediente endereçado a insígne Presidência da Casa, acolhido e autuado como **DENÚNCIA**, sendo o pedido vazado, em síntese, nos seguintes termos:

1 - Pagamento de diferença salarial, no valor de CR\$-55.000.000,00 (Cinquenta e cinco milhões de cruzeiros), à ex-Secretária do Bem Estar Social do Município de Rio Branco, Sra. **Maria José Maia de Faria**, arguindo quanto ao aspecto da legalidade ou não do referido pagamento;

2 - legalidade ou não do pagamento da gratificação de 20% de nível superior, concedida aos Secretários Municipais, mesmo aos que não pertencem ao quadro de servidores municipais, vez que tal benefício é negado aos professores em estágio probatório, em detrimento ao art. 42, da Lei Municipal nº 795, de 04 de julho de 1989;

3 - Averiguação, quanto a legalidade ou não do pagamento de CR\$-10.000.000,00 (Dez milhões de cruzeiros), a Sra. Arlete de Tal, irmã do Secretário de Finanças do Município, por serviços contratados sem o devido processo licitatório; e,

4 - finalmente, denunciam os signatários, que a Prefeitura não vem procedendo as devidas anotações na



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE Proc. 008/92.fls.02.

Carteira Profissional dos servidores com relação ao salário, sendo tais registros, efetuados com valores inferiores ao Piso Nacional, contrariando desta forma, o art. 21, da Lei 795/89.

Inicialmente. o processo coube ao eminente Conselheiro Marciliano Reis Fleming, que por despacho exarado à fl. 245, deu-se por **IMPEDIDO**, nos termos do art. 135, Parágrafo Único do CPC, o que prefiro a expressão **SUSPEITO**, nos termos do aludido dispositivo legal.

Acolhida a promoção, o feito foi redistribuído na forma regimental, cabendo-me relatá-lo.

Procedida a inspeção com relação ao objeto da Denúncia, veio aos autos, o relatório Técnico às fls. 223/235, da lavra do Inspetor da 2ª IGCE, **João Manoel de Souza Mendes**, acompanhado de vasta documentação pertinente ao feito, merecendo por minha parte, louvor pelo ótimo trabalho apresentado.

Remetido os autos ao MPE, este opinou pelo parecer de nº 352, às fls. 239/244, tendo como signatária a ilustre Procuradora Ana Helena de Azevedo Lima.

É o relatório.

Rio Branco-Acre, em 16 de novembro de 1992.


Cons. Valmir Gomes Ribeiro

Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
PROCESSO: Denúncia 008/92

RELATOR : Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro

ASSUNTO : Denúncia contra o pagamento de diferença de salários; legalidade ou não do pagamento de 20% de nível superior aos secretários municipais e outros.

CONCLUSÃO E VOTO: Visto, analisado e relatado o presente feito, e de tudo que dos autos constam, passamos a conclusão e voto:

A exemplo do MPE, preliminarmente, também arguo o impedimento do Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**, para atuar no presente feito, em razão, de sua esposa **Maria José Maia de Faria**, figurar no mesmo, como causa da denúncia. Acolho também, a promoção do eminente Conselheiro Marciliano Reis Fleming, por se declarar suspeito para atuar neste processo, nos termos do art. 135, Parágrafo Único, do CPC.

Ítem 1 da Denúncia - Pagamento de diferença salarial no valor de CR\$-55.000.000,00, a ex-Secretária do Trabalho e Bem Estar Social do Município de Rio Branco, Professora **Maria José Maia de Faria**, arguindo quanto ao aspecto da legalidade ou não do referido pagamento.

A princípio, vale ressaltar, que a Sra. **Maria José Maia de Faria**, foi nomeada em 01.01.89 para exercer o Cargo em Comissão de Secretária Municipal do Trabalho e Bem Estar Social, permanecendo no mesmo até 03.06 do corrente exercício, momento em que foi exonerada, a pedido.

Com a exoneração processada, a Prefeitura providenciou o levantamento dos valores a que tinha direito na forma da lei.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE Proc.008/92.fls.02.

À guisa de melhor entendimento, torna-se necessário esclarecer, que a ex-Secretária, **Maria José Maia de Faria**, recebia a título de remuneração, o valor correspondente a 60% do valor efetivamente pago ao prefeito, sendo que a remuneração deste, equivale a 75% da remuneração percebida pelos Deputados Estaduais, enquanto, que o Vice-Prefeito, faz jús a 90% da remuneração do prefeito, tendo como diploma legal que rege a espécie, a Lei Municipal nº 776/89 e o Decreto Legislativo Municipal nº 205/88, alterado pelo de nº 29/92, do mesmo poder.

Consta nos autos, fl.16, declaração do Senhor Prefeito Jorge Kalume, em que justifica o pagamento ora em questão.

Em síntese, declara o Prefeito Jorge Kalume, "que por motivo de exiguidade de recursos financeiros do Tesouro Municipal, foram seus vencimentos congelados (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários), em determinados períodos de seu governo, por decisão tomada de comum acordo".

Diz ainda, "que em consequência deste ato, todos acabaram recebendo menos do que teriam direito, conforme determina a legislação vigente, razão pela qual, autorizou aos Senhores Secretários de Administração e de Finanças, a procederem o levantamento das diferenças que são devida a todos que tiveram seus vencimentos "congelados", efetuando-lhes o pagamento na forma da lei".


É sabido, que mesmo havendo a concordância dos Senhores Secretários em congelar seus vencimentos, o ato sobreveio de maneira imperativa e irregular, contrariando assim, os princípios constitucionais estabelecido no art. 7º - VI, da CF/88, que diz:

"art. 7º - São direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I-.....

VI- irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

Ora, convenção ou acordo coletivo não





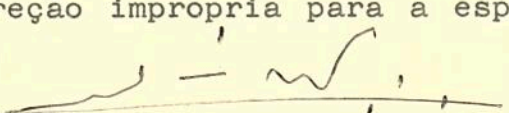
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE ^{Proc.008/92.fls.03.}

houve - pelo menos os autos não dão notícia - havendo convenção ou acordo coletivo, necessário se fazia, proceder o devido registro e arquivamento do instrumento no órgão do Ministério do Trabalho, sendo o caso em questão, a Delegacia do Ministério do Trabalho no Acre, ou quem a sucedeu.(art. 611 usque 625 da CLT), devendo também, ser homologado pela Justiça do Trabalho, para que produza os efeitos necessários ao acordo.

Autorizado a proceder o levantamento das diferenças devidas a quem de direito, concluiu-se que, existia a diferença de CR\$-66.281.616,12 (Sessenta e seis milhões, duzentos e oitenta e um mil, seiscentos e dezesseis cruzeiros e doze centavos), devido a ex-Secretária em questão, valor esse, que prefiro considerar como sendo **"Resíduo Salarial"**, por entender que diferença salarial - é aquela que aparece pelo surgimento de um aumento de salário e não paga na época própria - aqui não é o caso, salvo melhor juízo - o que vemos são sobras de salários, que se deixou de pagar em decorrência de um acordo tácito, daí, por entender, tratar-se de **"Resíduo Salarial"**.

Com vista ao valor apurado, a Prefeitura emitiu uma Nota de Empenho, na modalidade "Estimativa" em nome da Beneficiária, no valor de CR\$-55.000.000,00 (Cinquenta e cinco milhões de cruzeiros), sendo liquidado até a data em que se realizou dita inspeção, o valor de apenas CR\$-30.000.000,00 (Trinta milhões de cruzeiros), faltando portanto, para a efetiva liquidação do valor empenhado, a importância de CR\$-25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), procedimentos esses, não justificados pela Prefeitura.

Afirma o Relatório Técnico, que o **"Resíduo Salarial"**, tem procedência, e ao fazer um levantamento paralelo com aquele já apurado pela Prefeitura, conclui-se, que o valor correto é de CR\$-69.628.701,85 (Sessenta e nove milhões, seiscentos e vinte e oito mil, setecentos e um cruzeiros e oitenta e cinco centavos), e não CR\$-66.281.616,12 (Sessenta e seis milhões, duzentos e oitenta e um mil, seiscentos e dezesseis cruzeiros e doze centavos), cuja diferença se deu em razão da Prefeitura haver usado índices de correção imprópria para a espécie,





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE ^{proc.008/92.fls.04.}

sendo o documento hábil para apurar correção de salário devido pelo empregador, a Tabela utilizada pela Justiça do Trabalho, conforme consta à fl. 122 dos autos.

Ítem 2 da Denúncia - Gratificação de 20% de nível superior, paga aos Secretários e negado aos servidores em Estágio Probatório.

A Lei nº 795, de 04 de julho de 1989, que aprovou o Plano de Classificação de Cargos, Empregos e Salários do Poder Executivo Municipal de Rio Branco, estabelece:

"art. 5º - Para os efeitos de Administração de Pessoal, Considera-se:

I - **CARGO PÚBLICO** - Conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a funcionário público; criado por Lei em número certo e com denominação própria, necessária ao desempenho das atribuições de serviço público;

II -

V - **SERVIDOR PÚBLICO**- Pessoa ocupante de um cargo público na administração municipal;

Porquanto, o mesmo diploma, na **SEÇÃO I - DA PARTE PERMANENTE**, em seu art. 8º, diz - " A parte permanente do Quadro de Pessoal compoe-se:

I - Cargos isolados de provimento em comissão; e

II - Empregos permanentes, isolados e de carreira.

Dentre outros benefícios assegurados aos servidores públicos da municipalidade, assegura-lhes, o art. 42 da já citada lei, uma gratificação de atividade de 20% àqueles servidores que exerçam cargo de nível superior.

Entretanto, a Lei Orgânica do Município de Rio Branco, ao tratar dos Cargos de Secretários Municipais, silencia que os citados cargos, seriam privativos de portadores de nível superior. No entanto, é sabido que certos cargos a nível de secretário, só podem ser preenchido por pessoa habilitada, em razão de leis outras, que disciplinam o exercício das atividades



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE Proc.008/92.fls.05.

técnicas-profissionais.

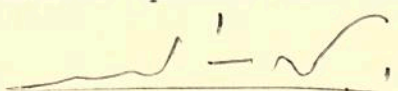
No dizer do saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, "in Direito Administrativo Brasileiro, 17ª edição, p. 409, define: " **O adicional de nível universitário é um típico adicional de função (ex facto officii)**, decorrente do caráter técnico de certas atividades da Administração, que exigem conhecimentos especializados para serem bem realizadas. Por sua natureza, deve incorporar-se ao vencimento, mas essa integração tem sido evitada pela legislação pertinente das três esferas administrativas, que o classificam, equivocadamente, como "gratificação".

Desde que a finalidade institucional deste adicional é propiciar melhor remuneração aos profissionais diplomados em curso superior, de cuja habilitação se presume a maior perfeição técnica de seu trabalho, não se justifica sua extensão a servidores leigos, embora exercendo funções especializadas ou ocupando cargos reservados a titulares de nível universitário. A ampliação dessa vantagem aos **não diplomados**, sobre ser um contra-senso, prejudicaria os objetivos que a Administração teve em vista quando a destinou unicamente aos **diplomados em curso superior**, excluindo de seus benefícios até mesmo os habilitados em cursos de grau médio.

E conclui o grande Administrativista - "Finalmente, é de se observar que não basta seja o servidor titular de diploma de curso superior para o auferimento da vantagem de nível universitário; é necessário que esteja desempenhando função ou exercendo cargo para o qual se exige o diploma de que é portador. O que a Administração remunera não é a habilitação universitária em si mesma; é o trabalho profissional realizado em decorrência dessa habilitação, e da qual se presume maior perfeição técnica e melhor rendimento administrativo".

Negar o pagamento do adicional de nível universitário, aos servidores que estão em "estágio probatório", é negar-lhes o direito a eles assegurado na própria Lei.

Uma vez, o servidor regularmente investido em cargo público de provimento efetivo, adquire ele, esse direito, principalmente quando lhe foi exigido





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Proc.008/92.fls.06.

para preenchimento do cargo habilitação específica, podendo citar como exemplo, a área de educação, que requer qualificação diversificada dentro do próprio contexto educacional, tais como a habilitação em: (matemática, biologia, língua portuguesa, língua estrangeira e outras).

O Estágio Probatório, nada mais é, que o período de exercício do servidor durante o qual é observado e apurado pela Administração a conveniência ou não de sua permanência no serviço público, mediante verificação dos requisitos estabelecidos em lei para aquisição da estabilidade.- período esse, que em momento algum perde a condição de servidor público, direito que lhe assegura a atual constituição Federal (art. 41 "caput").

Ítem 3 da Denúncia - Averiguação, quanto a legalidade ou não do pagamento de CR\$-10.000.000,00, a Sra. Arlete de Tal.

Esclareço inicialmente, tratar-se de **Marizete Melo de Freitas Oliveira** e não de **Arlete de Tal** e o valor efetivamente pago foi de CR\$-10.501.000,00 e não CR\$-10.000.000,00, valor esse, correspondente a serviços prestados ao Município.

Em novembro de 1991, a Sra. **Marizete Melo de Freitas Oliveira**, prestou serviços técnicos a Prefeitura, especificamente na Secretaria de finanças no levantamento, tombamento e cadastramento dos bens patrimoniais do referido órgão, percebendo pelos serviços ali prestados, o valor de CR\$-620.000,00 (Seiscentos e vinte mil cruzeiros), que ao concluir os trabalhos, apresentou o Relatório do levantamento patrimonial procedido na referida Secretaria (fls.154/156).

O valor de Cr\$-620.000,00, pago por esse trabalho, ficou abaixo do limite exigido para licitar, entretanto, os autos não notícia, que houve contrato formalizado entre as partes.

Em decorrência do Relatório Técnico apresentado por ocasião do levantamento dos bens da Secretaria de Finanças, surgiu a necessidade de se estender tal levantamento aos demais órgãos da Prefeitura, segundo justifica o Senhor Secretário Municipal de Gabinete, em



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE **Proc.008/92.fls.07.**

Exercício, Dr. Edmir Borges Gadelha. Inclusive em seu parecer à fl. 172, diz ser a equipe, composta pela Sra. Marizete, "comprovadamente especializada em assuntos patrimoniais, em âmbito municipal, dando prova disso, pelo seu primeiro trabalho executado naquele órgão, conforme consta do Relatório às fls. 154/156, cujo resultado encontra-se registrado eletronicamente no Sistema de Computação".

Diante tal justificativa, foi procedida a contratação da Equipe Técnica, mediante termo contratual, assinado em 17.02.92, representando a Prefeitura o Secretário de Administração Municipal, Senhor **José de Souza Lopes** e a Equipe Técnica, a Senhora **Marizete Melo de Freitas Oliveira**, com justo preço de CR\$-7.881.000,00, e vigência para execução dos serviços de 2 (dois) meses, a contar de 17.02.92, comprometendo-se ainda a contratante, colocar à disposição da Equipe, 02 (dois) servidores municipais para colaborarem na execução dos trabalhos.

Em 28.05.92, a contratada requereu da contratante, um reajuste de CR\$-2.000.000,00 (Dois milhões de cruzeiros) ao termo inicial, dando causa assim, a assinatura do Termo Aditivo, constante à fl. 183, justificando para tanto, que "os 02 (dois) servidores comprometidos e colocado à disposição da equipe, não cumpriram com assiduidade, pontualidade e responsabilidade as suas tarefas, obrigando a contratada a efetuar despesas com auxiliares pagos especialmente para aquele fim. Não bastasse isso, a contratante alterou unilateralmente o contrato, ao aumentar a quantidade de bens a serem patrimoniados, uma vez que, durante a execução do mesmo, foram inauguradas, totalmente acabadas e equipadas as escolas municipais dos bairros **Calafate, Plácido de Castro e Conj. Waldemar Maciel**, aumentando desta forma, os encargos da contratada sem a compensação pecuniária correspondente.

Com relação à contratação em questão, inexistiu processo licitatório, por entender aquela autoridade, tratar-se de serviços técnicos profissionais especializados e de profissional de notória especialização, sob justificativa dos arts. 12 - I e 23 - II, do DL 2.300/86 (fl. 171).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE Proc.008/92.fls.08.

Primeiramente há de convir, que os serviços, objeto da contratação, não se enquadram como **Serviços Técnicos Profissionais Especializados**, relacionados no art. 12 do DL 2300/86, enquadrando-se porém, no art. 5º - II, do já citado Estatuto, como **Trabalhos Técnicos Profissionais**. Controvérsia também existe, em relação a notória especialização da contratada, condição "sine qua non" para a inviabilidade de competição.

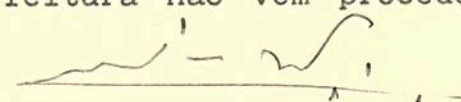
A respeito do assunto, leciona o saudoso Administrativista Hely Lopes Meirelles, in: Direito Administrativo Brasileiro, 17ª edição, p. 259, "Diante, pois, da doutrina e dos dispositivos legais pertinentes, é forçoso concluir que serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular é um dos enumerados no art. 12 do Dec.-lei 2300/86, que, por suas características individualizadoras, permita inferir seja o mais adequado à plena satisfação do objeto pretendido pela Administração. Para a contratação direta dos serviços dessa espécie aplica-se o disposto no inc. II do art. 23 do Estatuto; para a dos demais serviços técnicos profissionais especializados, insistimos, a Administração, além da melhor adequação ao objeto do contrato, precisa demonstrar a inviabilidade de competição".

Lúcia Valle Figueiredo e Sérgio Ferraz, in: Dispensa de Licitação, São Paulo, 1990, p. 69 diz: " a notória especialização traz, em seu bojo, uma singularidade subjetiva". grifo nosso.

Também, define Celso Antonio Bandeira de Mello, in: Licitação, São Paulo, 1990, p. 19 " o caso da notória especialização diz respeito a trabalho marcado por características individualizadoras". grifo nosso.

Vale salientar, que embora o contrato formalizado entre as partes, não tenha sido precedido do processo licitatório, a contratada cumpriu com suas obrigações nos termos avençados, dando plena demonstração de sua capacidade técnica para o tipo de tarefa que lhes foram confiadas pela Administração Municipal.

Ítem 4 da Denúncia - Finalmente, os signatários, dizem que a Prefeitura não vem procedendo a





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE Proc.008/92.fls.09.

anotação do valor do salário, correspondente ao Piso Nacional, na Carteira de Trabalho dos Servidores.

Inicialmente, vale esclarecer, que a Prefeitura, no momento, está com várias faixas de salários de seu PCS, com valores abaixo do salário mínimo. Entretanto vem cumprindo a legislação vigente, pagando os que estão nesta condição o Piso Nacional, o mesmo não acontece, no tocante a Legislação Trabalhista, que obriga o empregador a proceder as anotações na Carteira Profissional do empregado, com relação ao salário e quaisquer outras vantagens auferida pela função.

Não bastasse a Legislação Federal que disciplina a matéria, também não ficou omissa a própria Lei 795/89, que trata do PCS, dos Servidores Municipais, que estabelece em seu art. 21 "nenhum servidor poderá receber menos de um Piso Nacional de Salário, sendo obrigatório seu registro na Carteira de Trabalho".

Senhor Presidente,
Senhores Conselheiros,

Ante ao exposto, e consubstanciado pelo duto parcer do MPE, e de tudo que dos autos constam, levo a apreciação desta E. Corte de Contas, as seguintes conclusões, por considerar:

1 - **Regular** o pagamento efetuado à ex-Secretária Municipal do Trabalho e Bem Estar Social, Professora **Maria José Maia de Faria**, a título de "**Resíduo Salarial**", recomendando a Prefeitura que proceda o pagamento do restante a que lhe é devido, se ainda não o fez;

2 - **Regular**, o 1º Contrato de Prestação de Serviço, feito com a Sra. **Marizete Melo de Freitas Oliveira**;

- **Regular com Ressalvas**, o 2º Contrato de Prestação de Serviço, feito com a Sra. **Marizete Melo de Freitas Oliveira**, por entender, que mesmo não tendo sido precedido do processo licitatório, evidenciam os autos, que a Administração Municipal, não agiu com dolo ou má fé sua



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

pretensão, e sim, pela interpretação equivocada da legislação pertinente a espécie;


3 - pela **legalidade** do pagamento da Gratificação de Nível Superior aos servidores em **Estágio Probatório**, e exclusivamente aos ocupantes de cargos de secretários, em que a função por força de lei, exige nível superior, não bastando para o auferimento de tal vantagem, que esteja o servidor no cargo, mas também que seja portador de diploma de nível superior; e

4 - finalmente, recomendar a Prefeitura a regularizar o registro do Piso Nacional de Salário, direito constitucional do servidor, procedendo assim, a respectiva anotação na CTPS, bem como quaisquer outras vantagens auferidas pelos servidores, evitando desta forma, maiores transtornos que poderão advir no futuro perante a Justiça do Trabalho.

Ao depois, cientifique-se os signatários da denúncia, parte interessada, para conhecer da decisão, e consequentemente pelo arquivamento do feito.

É a minha manifestação e meu voto, Senhor Presidente.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1992.


Cons. Valmir Gomes Ribeiro

Relator